



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: SANDRA SANTANA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 28-08-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Boa noite. Estão abertos os trabalhos da 11ª audiência pública semipresencial da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para discutir as parcerias da Prefeitura com a OSC, para a gestão de 12 CEUs e problemas encontrados nos CEUs sob essa gestão parceira, conforme Requerimento CCJ 16/2023, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado na Comissão em 07/06/2023.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo *site* e pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da cidade de São Paulo*, desde 24 de agosto.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, em 23 de agosto, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão, que está do meu lado direito. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados, e já os chamo para compor a Mesa: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, SP Parcerias, Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público (GEDUC), Instituto Baccarelli e Sr. Edson de Carvalho Covic.

Pergunto à Secretaria se tem alguém *on-line*.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Já estamos há mais de 20 minutos do horário de início. Eu cheguei até um pouco atrasado, porque estava no meu gabinete esperando os convidados. Isso é ruim, porque demonstra uma falta de transparência da Secretaria Municipal de Educação em querer dialogar e expor, e principalmente da organização social, que também não está presente. Até então, pelo menos o Instituto Baccarelli havia confirmado presença, segundo a Secretaria me informou.

Vamos começar a audiência pública e, caso alguém venha, vamos compor a Mesa,

mas o importante é que tudo está sendo gravado e vamos pegar toda essa documentação, porque eu entrei com uma representação tanto no Ministério Público como no Tribunal de Contas do Município, e todo o material produzido aqui será levado a esses dois órgãos para complementar. E, conforme o decorrer da audiência e o que escutarmos, poderemos entrar com outro pedido na CCJ, mas não como convidados e sim como convocados.

Vou expor um pouco os fatos e o porquê da audiência pública. Estava até, lá em cima, escrevendo para não me esquecer da sequência.

Quero salientar que o Instituto não havia prestado adequadamente as contas, segundo a SP Parcerias, que foi contratada pela SME para prestar serviços de auditoria de suas parcerias; tanto que na ocasião havia cerca de 5,9 milhões de gastos sem comprovação nos dois semestres do ano passado.

A SME somente foi cobrar as notas fiscais desses valores do Instituto, que já havia feito as prestações de conta, depois das minhas denúncias públicas, o que me traz bastante estranheza, porque na rede direta se algum diretor deixar de fazer uma prestação de 50 reais, ele vai ter problema. Se outra OSC, de uma CEI indireta, por exemplo, deixar de apresentar qualquer nota fiscal, ela vai ter problema imediatamente. E aqui a Secretaria, até então, antes das minhas denúncias e mesmo tendo em mãos a relatoria da SP Parcerias, não havia tomado nenhuma atitude.

O Instituto reapresentou as contas do primeiro semestre, o equivalente a 4,6 milhões que estavam sem notas fiscais. Então eles reapresentaram com as notas fiscais na segunda apresentação das contas, só não apresentaram ainda 1,3 milhão que são das notas fiscais do segundo semestre. Mas mesmo que a gente tenha os relatórios de SP Parcerias, a SP Parcerias concluiu que tem irregularidades a serem explicadas pelo Instituto. O Instituto precisa devolver 4 milhões de reais, fora os juros de aproximadamente 150 mil, e isso só nos quatro blocos do primeiro semestre, somente do primeiro semestre. Houve uma sobra em caixa de aproximadamente 4 milhões, eles aplicaram esse dinheiro, e deu 150 mil das aplicações.

Aí eu queria colocar algumas questões, nós visitamos – eu e a minha equipe – várias

unidades, praticamente todas, só uma que não conseguimos devido o conselho gestor. Olhamos, perguntamos, fizemos o nosso trabalho. Então eu não entendo, se sobra dinheiro, mais atividades esportivas e culturais deveriam ser implementadas, mas não foram. O que explica esses 4 milhões de sobra, que deveriam servir para implementar outras atividades esportivas e culturais, e não foram.

Afora isso, a manutenção dos equipamentos e das unidades, várias, praticamente todas elas precisam de algum tipo de manutenção e essas manutenções não são efetuadas. Por conta do tempo, vou falar só de algumas, eu não quero ficar falando porque quero ouvir as pessoas. Eu vou citar, por exemplo, o CEU de Taipas: o elevador social quebrado, um joga para o outro, a SME diz que é responsabilidade do Instituto, o Instituto fala que é de SME e assim vai a vida, e as pessoas ficam lá numa situação de não poder utilizar o equipamento adequadamente. O outro elevador no mesmo CEU, o elevador de serviço, ficou quebrado por meses, inclusive, com as nossas visitas percebemos que elas têm feito com que SME ou o Instituto se mexam um pouco mais. Talvez se não tivéssemos ido, esse elevador ainda estaria quebrado.

Nós visitamos o CEU Barro Branco nas férias, num momento de recreio, e não havia mesas e cadeiras para as crianças e adolescentes se alimentarem. A cozinha experimental não funcionava por falta de utensílios, como por exemplo panelas, coisa simples, porque a própria Prefeitura já deixou lá fogão, geladeira, micro-ondas, mas faltava simplesmente utensílios para a cozinha funcionar. E isso não só no Barro Branco, só coloquei como exemplo, mas praticamente as 12 cozinhas estão na mesma situação. Temos fotos de tudo isso, entramos e fotografamos o que tinham de panelas ou o que não tinham e porque as cozinhas não funcionam.

Por conta disso, o Instituto utilizava o refeitório da Cemei porque lá tem mesas e cadeiras para as crianças se alimentarem, e a própria SME é que estavam custeando o alimento dessas crianças no recreio, nas férias.

Fica então para nós uma dúvida, lendo o contrato – e eu lerei rapidamente - o que nos dá a entender é que todos os custos têm de ser da Baccarelli, devido ao fato de não ter mesa

e cadeira e vão lá se alimentar no Cemei e no fim é SME que acaba custeando o alimento dessas crianças.

A cadeira para facilitar a entrada na piscina de pessoas com baixa mobilidade não estava funcionando, como também no CEU Carrão e em outras unidades, percebemos isso em nossa visita, que a cadeira não funcionava. Tinha CEUs que a piscina estava com problema. Os estúdios de gravação, às vezes estavam sem equipamento algum, e outros estavam sem funcionar. Outros CEUs não tinham ar-condicionado, por exemplo, no teatro. Não havia acústica no que é um problema de engenharia, na hora da construção. Se o problema é de engenharia, vai ficar com o problema para o resto da vida? Não se vai arrumar esse problema?

A gente também constatou problemas na iluminação dos teatros, em alguns deles. Em alguns deles também, quer dizer, em todos eles não eram técnicos qualificados que eram contratados para fazer a parte de iluminação. Também a gente percebeu que as piscinas, a medição de cloro, a quantidade de cloro que coloca, também não era uma pessoa especializada para isso.

O CEU Parque do Carmo, foi uma pressão enorme do nosso mandato para conseguir a linha telefônica na Cemei. Como no CEU Parque Novo Mundo e CEU Vila Alpina, que também não tinham linha telefônica pelo menos até a data da nossa visita. No CEU Parque do Carmo, a SME chegou a publicar o celular pessoal da diretora da Cemei no *site* da SME, para você ver como que chega a situação.

O CEU Parque Novo Mundo está com problemas de abastecimento de água, o que não é resolvido e, até resolver de quem era a responsabilidade, que era do Instituto, a unidade de Cemei custeou galão de água o tempo todo para poder fornecer aos estudantes, para que a unidade não fechasse, o que é um outro absurdo. Imagina quantos galões de água precisam ser fornecidos para uma unidade todinha de Cemei. E é sempre assim que a gente percebe nas conversas tanto no Conselho Gestor como conversando com as pessoas da unidade. A Baccarelli sempre tenta se isentar da responsabilidade, “como não está no contrato, não é da minha responsabilidade”.

Faltam até materiais de oficina, como capoeira para criança. Eles acabam utilizando instrumentos musicais de adulto. Então imagina uma criança pequena ter de usar um pandeiro de adulto. É muito difícil. E também, às vezes, o armazenamento desses instrumentos musicais. Teve unidade que a gente viu que era em lugar inadequado, debaixo da escada. Aquilo ali é couro, com a umidade aquilo vai se deteriorando mais rápido, então é desperdício de dinheiro público. A gente tem fotos dessas coisas que nós estamos falando aqui.

E aí eu queria ler, porque sempre tem uma dúvida do que é responsabilidade de quem, o que é da SME, o que é da Baccarelli. Isso aqui eu peguei do contrato, está em todos os blocos, nos quatro blocos está escrito do mesmo jeito.

O objetivo de todos os termos é a parceria para oferta de atividades culturais, atividades de práticas corporais, esportivas, recreação e lazer; da operação e instalação, equipamentos dos CEUs, como manutenção e limpeza desses aparelhos públicos. Cumpre salientar que não são responsabilidade da entidade parceira os seguintes serviços. Então esse que eu vou ler não é responsabilidade. O que não estiver aqui é responsabilidade.

Então o que não é responsabilidade: serviços educacionais e pedagógicos prestados pelas unidades educacionais que integram os CEUs; serviços educacionais e pedagógicos prestados no meio da UniCEU; serviços de merenda escolar dos alunos das unidades educacionais que integram os CEUs.

Repara que aqui eles não falaram de recreio nas férias. Se não está aqui é porque o recreio nas férias é de responsabilidade do Instituto.

Serviço de limpeza e lavanderia do enxoval das unidades que integram os CEUs; serviços e oficinas, cursos e projetos desenvolvidos nos CEUs sob responsabilidade de outros, entidades públicas do Município de São Paulo. Porque o CEU empresta seus espaços para as entidades, então o que essas entidades usarem não é responsabilidade do Instituto. Serviços, cursos, oficinas e projetos desenvolvidos no CEU sob responsabilidade do Estado de São Paulo e da União, quando houver; serviço de vigilância e segurança patrimonial.

Essas questões não são, segundo está no contrato, responsabilidade do Instituto; o

restante, todo o restante é. Então isso que eu não entendo também. Por que, por exemplo, a Cemei tem que comprar os galões de água, se aqui está muito claro que abastecimento não está no rol do que não é responsabilidade do Instituto Baccarelli, ou da OS que for gerenciar. Estamos falando do Instituto porque é o Instituto.

Duas coisas mais que eu queria salientar por ser importante, não há uma conta separada para provisionamento dos encargos trabalhistas apontados pelo relatório da SP Parcerias.

A SP Parcerias diz que tem de ter uma conta separada para que eles depositem um valor em dinheiro caso tenha algum tipo de encargos trabalhistas. Isso eles não fizeram. A SP Parcerias aponta isso toda vez e eles já fizeram duas prestações de conta, por semestre, até agora eles não fizeram isso.

Eles também não seguem a Lei Federal 13.019/2014, Lei da MROSC, que determina que a prestação de contas tem de seguir o REO – Relatório de Execução do Objeto, que é um relatório de controle de resultados, de análise do cumprimento do plano de trabalho de metas inicialmente definidas. Não apresentar o REO – Relatório de Execução do Objeto em nenhuma das prestações de contas. Isso é uma lei federal que facilita bastante, inclusive, para saber se está sendo eficiente o trabalho ou não. Se faltou de fazer alguma coisa, por que faltou? Então assim, não há nenhuma explicação nesse sentido.

Para terminar, acho que há um conflito muito grande, a responsabilidade é da SME, que é a questão do Conselho Gestor. Eu quero pegar o Decreto 57.478/2016, eu só quero ler um único parágrafo de um artigo. É o segundo parágrafo do artigo 31.

“§ 2º O Conselho Gestor é a instância máxima de decisão, de caráter permanente para as decisões administrativas e educacionais, cabendo-lhe também liderar e articular a participação dos diferentes colegiados e demais instância de participação”.

Quando se pega a Lei, lê-se o seguinte:

“Dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores dos Centros de Educação Unificados – CEUs...”

Aqui não faz nenhuma diferença se é CEU de forma Direta ou CEU de gerenciamento de terceiros, ou seja, vale para todos.

Estou falando isso, porque nas reuniões que eu fui dos Conselhos Gestores, a gente percebia que não é dada essa prerrogativa para os Conselhos Gestores. Além de não ser dada a prerrogativa, há Conselho Gestor que tem pessoas que entendem qual é seu papel e brigam por isso.

Agora, há outros Conselhos Gestores que eu percebi que é de forma protocolar. As pessoas que estão ali não sabem qual é seu papel a acabam fazendo o que o instituto acha que deve fazer.

Inclusive, percebi que daqueles que sabem um pouco mais do seu papel, há uma ameaça, pelo menos de um dos membros do instituto, não posso falar que é do instituto, mas é de um dos membros, ameaçando, pedindo nome e endereço de todo mundo porque as pessoas responderiam judicialmente porque falavam. Não se pode nem discutir abertamente no Conselho Gestor.

Essas coisas, eu ou minha equipe presenciou, viu. Estamos falando de coisas que nós vimos, não de coisas que falaram para a gente.

Tirando isso, lida toda essa coisa inicial, quero passar para o Sr. Edson fazer as suas considerações, depois as pessoas já podem ir se inscrevendo que terão no mínimo três minutos para discorrer sobre o assunto.

**O SR. EDSON CARVALHO** – Senhoras e senhores, boa noite. Eu resido nas imediações do CEU Carrão, tão logo iniciaram as atividades do CEU me matriculei em três atividades físicas, por indicação do meu médico. Foram elas: natação, hidroginástica e alongamento.

Eu estou com 70 anos e tenho problemas com o controle de pressão arterial. Esses exercícios são indicados para o controle da pressão arterial.

Assim que o CEU abriu as atividades ao público, ainda com poucos frequentadores, eu observei uma série de problemas, sobretudo quanto a segurança e adequação da grade de

aulas. Como todo começo é difícil aguardamos pacientemente, que as melhorias sejam realizadas. Na ocasião eu tive a oportunidade de falar ao primeiro gerente do CEU, que os vestiários da piscina estavam sendo frequentados por usuários de drogas e que isso era perigoso para a criançada que se utilizava do mesmo vestiário, logo após a minha aula. Então chegando lá no vestiário, eu me deparei com um pessoal com cachimbinhos e a criançada entrando.

Muito bem. O que aconteceu? O gerente deu de ombros. Disse que a administração é compartilhada e que o problema não era dele. Em um ano de atividade trocou-se quatro gerentes. Em apenas um ano. E a solução foi colocar um exército de vigilantes no parque. Observem os senhores o *turnover* de gerentes! Imaginem então, o de pessoal. Os professores contratados para as atividades físicas. Aliás, é comum notícias de reclamações trabalhistas, pejotização de professores ou de coordenadores com relação de subordinação que gera vínculo empregatício e queixas de receberem salários em torno da metade do que paga a prefeitura. Alguns afirmam que o CEU é um quebra galho, até que encontre um emprego melhor. E assim o *turnover* é alto. A gestão de pessoal e de atendimento ao público usuário é precário e o objetivo do CEU perde em qualidade. Os mais experientes entram e em pouco tempo se desligam. Há perda de continuidade entre professor e aluno que seria importante porque o professor que conhece a dificuldade física de seus alunos, pode ajudá-los.

Senhores, os problemas são recorrentes e mesmo que alguns desses problemas sejam corrigidos eles não são solucionados de fato. Eles se repetem e novos problemas são gerados. A OSC contratada tem total liberdade em ser criativa em atitudes que não interessam a comunidade. A última invenção foi cancelar a matrícula de todo mundo e fazer o rodizio de inscritos a cada seis meses. A implantação dessa medida esdrúxula seria para julho, mas em virtude da queixa dos usuários, ela foi postergada para dezembro. O motivo alegado é ser democrata com quem está do lado de fora e autoritário com quem está do lado de dentro.

O entendimento da democracia da contratada é tirar o direito de quem está usando o CEU para trocar com quem está do lado de fora, passando por cima de toda legislação, portarias e instruções normativas da própria SME que regula que a matrícula é um direito e não

um objeto de troca. Se eu continuar a enumerar problemas aqui vou ficar a noite toda.

O conjunto de erros é de conhecimento da contratada e deveria ser de conhecimento da SME também, principalmente, porque nós protocolamos junto a contratada. Em reunião do conselho gestor de 3 de julho a exposição de falhas e o pedido de convocação de uma reunião extraordinária entre a direção da contratada, a SME e o conselho gestor para esclarecer os abusos de poder na gestão do CEU.

Eu trago um documento de 11 laudas com a exposição de motivos e o pedido de reunião extraordinária que está pendente. Qual foi o resultado? A mesma de hoje. A convocação da reunião extraordinária não foi realizada. Mas a contratada em reunião do conselho gestor de 7 de agosto se posicionou, unilateralmente, na palavra do seu Diretor Edilson Ventureli, afirmando que o conselho gestor não é a instância máxima do CEU. Aquilo que Toninho acabou de repetir aqui. E que o Decreto 57.478/16, que regula gestão e as atividades do CEU, não é aplicável plenamente na gestão terceirizada, em virtude da lei de terceirização de 2017, e que foi a SME quem solicitou ao Instituto Baccarelli em assumir a gestão completamente do CEU.

Ora, ora, uma organização privada que recebe a incumbência de gerir uma instituição pública se torna dona da atividade como se o CEU fosse propriedade dela e não do público. Mas eu acho que eu não tenho direito de questionar o Instituto Baccarelli por nenhuma dessas mazelas a partir do momento que a SME tenha decidido entregar o galinheiro para a raposa tomar conta. A minha pergunta é outra: porque que a SME retira do Conselho Gestor os poderes e atribuições definidas no parágrafo segundo, do artigo 31, do Decreto 57. 478? Por que desde o primeiro dia de atividade do CEU nenhuma decisão até a presente data teve aprovação prévia ou *ad referendum* do Conselho Gestor? Porque o Sr. Edilson afirmou que o Instituto Baccarelli tem o poder de gestão e não deve nenhuma satisfação de deliberação e muito menos de prestação de contas ao Conselho Gestor? Embora isso conste do acordo de colaboração, e consta como: essa prestação de contas que é feita e é entregue ao gestor que participa do Conselho Gestor para aprovação final.

Muito bem. Observem, senhores, que um Conselho Gestor efetivo com poder

deliberativo, com um mandato de dois anos, na forma do decreto, podendo seus membros ainda serem reeleitos não faz o menor sentido ser desvinculado após seis meses conforme rodízio de matrículas que o Instituto pretende fazer. Parece que ele realmente deliberou em querer quebrar o mandato, acabar com o Conselho Gestor, ou ter um Conselho Gestor apenas figurativo.

Parece-me aqui que as decisões autoritárias de um único dono se convergem. E o Instituto Baccarelli nesse caso está certo, ele é uma organização privada e como tal deve otimizar o seu resultado, não é assim que funciona? Conseguiu junto a SME o monopólio da gestão que deveria ser de gestão pública e democrática conforme a legislação em vigor.

A causa da baixa qualidade, dos abusos com empregados, do descompromisso qualitativo com o munícipe não é do Instituto Baccarelli, mas do monopólio concebido a um Instituto pela SME e é a SME que nos deve prestar conta do descumprimento da legislação em vigor e como deverá resolver esse problema para ao menos diminuir o prejuízo do munícipe. O que a gente sente é que com a inexistência de um gestor, porque o CEU é uma entidade, uma organização que é integrada, que é unificada, não dá para entender um Baccarelli que se diz gestor de uma única parte, se o CEU é unificado, é como se fosse uma meia gravidez, não uma inteira, ele cuida só de uma parte, mas se diz gestor do quê?

E aí toda qualidade é perdida e essa integração realmente não é feita. Então, eu acredito que quem nos deve realmente uma resposta e uma solução é a SME, porque enquanto o Baccarelli tiver espaço, tiver a leniência da SME para poder agir dessa forma, tudo que nós fizermos vai continuar sendo feito porque eles têm costas quentes.

Ou seja, não foi feita a reunião extraordinária que nós pedimos porque juntando as partes eles iriam discutir quem é quem, quem tem o poder de deliberação e por que, e sob qual legislação que se está fazendo isso. Mas eles, como hoje aconteceu, fogem do questionamento.

Era isso o que eu tinha a dizer a vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Obrigado, Sr. Edson. A gente tem a mesma compreensão. É claro que a gente fala do Instituto, neste momento, e das coisas que se deveriam fazer, mas a responsabilidade da fiscalização é de SME, quem tem que ser

cobrada é SME. Estou nesta Casa há nove anos, já fiz várias audiências públicas pela Comissão de Educação. Por coincidência – e acho que não existe coincidência -, acho que é primeira vez que a SME é convidada e não vem em nenhuma audiência pública nesta Casa. Então, alguma coisa há no sentido de que sabem que estão deixando de fazer algo. Porque, se eles acham que realmente estão fazendo tudo corretamente, que estão fazendo a parte deles, então deveriam estar aqui para se explicar. Acho que isso demonstra uma falta de respeito e também, para mim, um atestado de que SME sabe que está devendo. Não precisava esperar eu cobrá-los para que eles cobrassem as notas fiscais; eles já deveriam ter feito isso quando o relatório de SP Parceria foi entregue à SME. Aí, a gente vai vendo como são as coisas.

Vamos aos inscritos. Chamo primeiro, de forma *on-line* – não sei se está conectada -, Marcela. (Pausa) Não está. Depois, qualquer coisa, eu a chamo novamente. Célia Cordeiro, do Sinpeem. (Pausa) Não está.

Agora, aos presentes no recinto. Márcia Aparecida de Freitas, do CEU Carrão.

**A SRA. MÁRCIA APARECIDA DE FREITAS** – Boa noite a todos, senhoras e senhores. Eu me sinto contemplada, iria até retirar minha inscrição, porque o destaque que eu havia pensado era nessa questão da SME. Então, foram muito boas, e parabênzo as falas tanto do Vereador Toninho como do Sr. Edson nesse sentido.

Então, até para não tomar mais tempo, só faço um reforço. Parece, Vereador, alguma coisa no caminho do conluio em relação a SME é o que estou reputando às ausências hoje, para nos darem alguma resposta. Isso nos leva a pensar em um conluio. Temos sim que cobrar de SME porque por diversas vezes, presencialmente lá, o Instituto Baccarelli nos disse que não deve resposta alguma ao Conselho Gestor e que não reconhece o Conselho Gestor. Então, temos que pensar que os encaminhamentos todos têm que ser à SME, e que eles nos tragam, de alguma forma, essas explicações. Muito obrigada, boa noite. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Boa noite. Próxima, Dulcemara Aparecida Trabachini, do CEU Carrão.

**A SRA. DULCEMARA APARECIDA TRABACHINI** – Olá. Boa noite a todos.

Obrigada pela presença e pela atenção. Tenho em minhas mãos um *e-mail* que o Baccarelli mandou para o Conselho Gestor. Vou ler a primeira parte. “Quanto aos conselhos gestores dos CEUs sob administração do Baccarelli, eles não são instância máxima, a qual é exclusiva do Instituto Baccarelli” – exclusiva – “na forma da cláusula 12, letra “b” dos termos de colaboração que firmamos com a SME”.

Então, isso que eles estão afirmando está em desacordo com o que o Toninho acabou de ler. Realmente faltou a Secretaria de Educação aqui, para arbitrar essa diferença de entendimento. Então, a gente está no limbo.

Outra coisa que eu gostaria de falar é o seguinte: Nas últimas reuniões do conselho gestor do CEU - eu vou falar Carrão, porque é assim que se referem ao CEU, embora não seja esse nome - a meu ver, houve um grande descompasso de forças, porque nós, munícipes, vamos unidos da boa vontade.

O Baccarelli participa como? Com o departamento jurídico e com o CEO; ou seja, há um desequilíbrio de forças aí nessa reunião do conselho, inclusive com ameaças de represália. Então, está meio difícil essa conversa com o Baccarelli.

E a última coisa que eu gostaria de dizer para vocês incomoda-me pessoalmente. Eu já falei, mas não houve acordo. O nome oficial do CEU é Carolina Maria de Jesus. Há um porquê. Essa é uma mulher importantíssima para a nossa cultura, é uma mulher que tem uma representatividade e é uma mulher que realmente deve ser homenageada. No entanto, nas redes sociais e até nos documentos, o nome que vem é CEU Carrão. Houve até uma reunião do conselho sobre isso, sobre essa mudança de nome. Até agora, a gente está querendo que esse CEU faça jus ao nome da homenageada. Até agora, nada.

Pelo que eu vi, acho que só eu me incomodo com isso, porque eu Carolina. Enfim, é só um desabafo para vocês. É isso.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Tem a palavra o Sr. Antonio Camurça.

**O SR. ANTONIO CAMURÇA** – Boa noite a todos. Essa é uma audiência onde a gente fica feliz e triste ao mesmo tempo. Feliz por ter um Vereador cuidando da educação, do CEU; e triste por ter esse problema. A SME, que é o órgão que deveria fiscalizar, faz vista grossa por tudo o que foi apresentado aqui. Isso é muito triste.

E a educação, a meu ver, é um dos maiores direitos que o ser humano pode ter, a educação, o conhecimento, a cultura; e isso é fornecido nos CEUs da cidade de São Paulo, criado pela Prefeita Marta, onde hoje nós temos esses problemas apresentados aqui pelo Prof. Toninho. É um absurdo ver que está sobrando dinheiro - porque não há apresentação de notas fiscais - e a gente percebe que não falta investimento da Prefeitura em cima disso e sim fiscalização, para que o dinheiro que é destinado aos CEUs seja empregado para a Educação, para as atividades esportivas e para a Cultura; e isso não está sendo feito.

Não sei o que acontece na SME, mas ela não está aqui, porque sabia que teria que dar resposta e ela não teria resposta, Professor. É por isso que ela não está aqui. Isso é uma vergonha. Isso me entristece muito.

Nós, cidadãos paulistanos, temos que brigar sim muito pela educação, por mais CEUs, que são unidades que funcionam bem para todos os municípios, todos os cidadãos paulistanos, os de baixa renda principalmente, onde estão localizados sempre em comunidades. É lá sim que é preciso muito mais educação e funcionamento.

Eu só não entendo, eu só queria entender o que a Educação fez de pecado para ser tão degradada e para apanhar tanto e haver tanto descaso em cima disso. Mas eu tenho fé que, sobre o futuro nosso da Educação, junto com toda movimentação da população, a gente vai melhorar isso, porque nós temos problemas hoje no CEU, temos problemas nas escolas municipais e temos problemas nas escolas estaduais e, a cada ano que passa, a gente só vê problemas. Nunca se chega a uma solução efetiva para os problemas da Educação.

É um desabafo também aqui sobre isso, Professor. Agradeço você. Dou os parabéns por essa iniciativa e vamos sim pegar no pé da SME, para que ela nos dê respostas e que se aumente a fiscalização e melhore os CEUs, tanto os que estão sendo apresentados aqui como

os outros.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – O próximo orador é o Sr. Lucas Moreira Gomes Dias.

**O SR. LUCAS MOREIRA GOMES DIAS** – Boa noite. Meu nome é Lucas e sou ex-funcionário do CEU Pinheirinho D'água, onde eu trabalhava na biblioteca e onde eu vi muita coisa errada acontecendo no âmbito da Administração Pública, um verdadeiro descaso com a população no sentido amplo. Não vou, no entanto, me ater a fatos pequenos, pois pode ser que as práticas erradas fossem daquela unidade onde eu trabalhava.

O que eu gostaria de trazer a esta Comissão e a todos os presentes é uma situação que ocorreu no Carnaval quando eu ainda trabalhava lá. Nós passamos um mês inteiro sem produtos de limpeza, com os banheiros sendo lavados apenas com água. Situado na região do Jaraguá, o CEU Pinheirinho D'Água é a única casa de cultura regional, tendo uma importância grande para a comunidade. Nesse mesmo período, a piscina estava quebrada e se transformou em um esgoto a céu aberto, com a presença de ratos nadando e de moradores em situação de rua tomando banho. Vira e mexe, as crianças também pulavam nela.

Esse problema só foi resolvido depois do surgimento de um surto de problema de pele nas crianças, que usavam o banheiro e espalhavam viroses, que contaminaram boa parte da população local e dos funcionários que lá trabalhavam.

Falo especificamente desse caso, mas eu já vi coisas piores, como a atitude de se desligar a televisão quando as crianças estavam assistindo, principalmente quando se tratavam de crianças negras. Eu vi uma seleção de públicos que estavam qualificados para frequentarem aquele CEU, mas, como eu falei, pode ser que essa fosse apenas uma prática daquele local, onde eu passei três meses antes de pedir que me demitissem porque eu estava tendo ataque de ansiedade e não conseguia mais dormir, só chorar quando eu chegava em casa. Eu lembro que eu começava a tremer de raiva só de ver o meu supervisor e agora, só de lembrar, eu estou começando a passar mal, com tremores nas mãos.

De verdade, se nós estamos debatendo uma política pública voltada ao bem social, nós devemos dispensar uma atenção maior ao CEU, porque ele não está se importando com as memórias construídas no espaço e sim com o boleto bancário.

Essa foi a minha contribuição. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – O próximo orador é o Sr. Wagner Gama.

**O SR. WAGNER GAMA** – Boa noite a todos, todas e todes. Meu nome é Wagner Gama e eu sou educador de teatro e estive no CEU Carrão durante todo o ano passado. Eu trabalhei durante sete anos no CEU direto, o Aricanduva, e a diferença é absurda. Inclusive eu só fui para esse CEU porque, como eu tinha outros compromissos em Diadema, eu tentei furar a bolha e fazer o que eu pudesse, já que eu sabia que essa PPP não iria funcionar. Como pode funcionar um CEU que não tem uma EMEF ou EMEI no mesmo espaço? Sequer tínhamos cadeira para sentar. Para as pessoas de terceira idade que frequentavam lá, eu tinha que sair correndo para pegar cadeira com a Lara, da coordenação. Água era artigo de luxo. Inclusive eu saí de lá porque eu fiquei doente, com uma infecção urinária severa justamente porque lá não existia água. O ponto, a gente batia com o nosso próprio celular. Se eu não tivesse um plano de celular, eu não conseguia bater o ponto.

Durante as férias e nos recreios, eu trabalhei oito horas por dia, cumprindo uma jornada até maior do que eu poderia, porque confio no trabalho da Lara e da Nunah. Fiquei trabalhando assim durante 15 dias, fiz o acolhimento de todo mundo, mas não recebi por esses dias. Eu comuniquei ao Baccarelli, falei que tinha dado problema no celular e que eu não tinha conseguido bater o ponto. A Lara, que era a minha coordenadora, entrou em contato com o Baccarelli, fez um termo, mas não recebi esse valor.

Ou seja, afora o jeito que hoje eles chamam, de gerência - essa palavra é absolutamente indevida para um lugar que é público de educação e cultura. Os gerentes pressionam todos e todas as funcionárias, principalmente quando são funcionárias, principalmente quando são mulheres. Essa hierarquia tão preconizada, pelo que é o tal dos

gerentes, quando tem uma mulher lá eles gritam, eles ofendem, eles se colocam, batem na mesa e o que as mulheres fazem? Ficam doentes, como todas as mulheres estão doentes nesse CEU. Todas, sem exceção. Ou seja, é um absurdo o que estão fazendo.

Eu dou aula na SMC. O perigo de privatizar também as casas de cultura, sem querer misturar uma coisa com a outra, mas não privatizem as casas de cultura. O que está acontecendo com os CEUs hoje é para ser visto.

Outra coisa, bem rapidinho. Nós precisamos falar com a população. Os territórios não estão percebendo o perigo dessas PPPs, como nas casas de cultura. O que a Secretária de Cultura diz hoje? Que nós estamos partidarizando a questão, a discussão. Não é partidarizando. Nós tentamos defender o nosso território.

E outra coisa: acesso lá é só, infelizmente... Nós tentamos ir no Três Velas e trazer um pessoal de lá, o pessoal que era preto, favelado. Eles ficaram só enquanto estávamos lá, eu e Lara. Quando saímos de lá, eles não tiveram mais espaço nesse CEU. Então, o meu repúdio, a minha intolerância. É imoral o que estão fazendo com os CEUs. É ridículo, é absurdo. Então, não à privatização. Fora, Baccarelli. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR TONINHO VESPOLI)** – Obrigado, Wagner.

Tem a palavra a Sra. Vera Lucia Stefanov, Presidente do Sindicato dos Bibliotecários.

**A SRA. VERA LUCIA STEFANOV** – Boa noite a todos.

Presidente Toninho, muito obrigada. Sr. Edson, muito obrigada.

Ótimas palavras, tão corretas. A todos que falaram aqui, os depoimentos..., realmente é muito triste, é triste demais, e é um sucateamento total da Secretaria da Educação, dos CEUs e da Cultura. Sucateamento.

A Débora me relatou aquilo que os bibliotecários têm relatado, da extrapolação de horário. É quase que uma escravidão. Não seguem a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bibliotecários. O piso muito abaixo. Nem o piso salarial eles pagam. Eles pagam abaixo do piso. Então, é degradante o trabalho desses profissionais. Assim como o Wagner acabou de dizer, o assédio, não só o assédio contra as mulheres, mas contra todos os funcionários. Um assédio

moral.

E o que eu proponho, Presidente Toninho, é uma ação coletiva trabalhista. Eu não vejo, nesses anos todos em que estou no sindicato, outra atitude, a não ser que nós nos encorajemos e entremos com uma ação. Nós precisamos acordar e entrar juridicamente e penalizar juridicamente. Tudo o que eu ouvi aqui são fatos e argumentos para entrar com uma ação, não só trabalhista, mas até criminal. Nós não podemos mais aguentar e engolir isso.

O Ministério Público, você já deve ter acionado... Nós temos de acionar aquilo que nós temos, e o que nós temos? O jurídico. Nós temos de ir pela Justiça. Isso não é possível.

Eu vejo tanto pela Justiça quanto pela imprensa e fazer estardalhaço mesmo. Ir para a rua. Ir lá aos CEUs, juntar. Ir em volta desses CEUs, desse CEU, da Ana Carolina, e passar panfleto para a população, para a população tomar conhecimento, porque só quem tem conhecimento é quem está ali frequentando, mas as pessoas que estão frequentando são pessoas carentes que não terão essa iniciativa. E parabéns, Vereador Toninho, pela iniciativa, você é o único Vereador nessa cidade de São Paulo que está mobilizando e acordando a população e todo o setor cultural e da área da educação.

Então, proponho, coloco à disposição, o Sindicato dos Bibliotecários para agirmos juridicamente. Você ficou sem receber, é ação trabalhista, tem que colocar. E quem é da área cultural, o Lucas é historiador, o sindicato é Sindicato dos Bibliotecários, historiadores, museólogos, arquivistas, documentalistas e todos que trabalham na área de bibliotecas. Então, não tem outro caminho, tudo, Vereador Toninho, nesses meus quase 30 anos de sindicato, só tem um caminho: Justiça, ação. Quando mexe aqui eles começam a acordar, e politicamente. É isso.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli - PSOL)** – Obrigado, Vera. A próxima a se pronunciar, Sra. Norma Lúcia Andrade dos Santos, Presidente do Sinesp, Sindicato dos Especialistas da Rede Municipal de São Paulo.

**A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS** – Boa noite a todas e todos,

quero parabenizar o Vereador Toninho Vespoli por mais essa ação tão importante. Tantas coisas ouvimos aqui, mas existe uma lei básica de que ninguém pode ganhar menos que o piso. Ninguém pode ganhar menos que o piso. E o piso já é algo que não é adequado e ainda ganhar menos do que o piso é um absurdo.

Sobre essa questão da gestão do CEU, quero trazer uma contextualização, para que os CEUs foram criados? O CEU foi criado para integração de educação, cultura, lazer, esporte. A concepção sempre foi de uma educação integral onde as comunidades que tinham menos acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, pudessem fazer parte desse movimento. E aí, nas periferias o CEU chegou. E quando o CEU chegou nas periferias foi algo para todos que moram nesses bairros, como eu, algo muito importante, porque começamos a ter atividades que não tínhamos acesso. Para você usufruir de atividades no Centro da Cidade você precisava ter dinheiro para a condução e a nossa condução é cara, não daria para ir no final de semana.

E quando o CEU abre essas portas trazendo essa condição de vida para a população ao entorno, nós comemoramos, porque tínhamos teatro, tínhamos artistas que nunca tínhamos visto, tínhamos peças de teatro e fazíamos fila na porta do CEU para poder entrar. Íamos à biblioteca, podíamos fazer uma atividade física, como o Sr. Edson falou, sem precisar gastar. E sabemos que quando vamos ficando mais jovens, mais atividades físicas precisamos fazer. E se não for um local público de qualidade, onde podemos entrar para fazer, temos que pagar e não temos como pagar.

Então, o CEU foi uma conquista muito grande para as comunidades periféricas. E o que estão fazendo com o CEU hoje é um absurdo. Primeiro, nós acreditamos que verba pública tem de ir para os espaços públicos com servidores públicos concursados. E isso não é gasto, é investimento. A educação, a cultura, o lazer, o esporte, são investimento. E esta Prefeitura do Município de São Paulo está deixando de investir nesses equipamentos.

Aproveitando uma denúncia, eu quero denunciar o CEU Três Pontes. Há quase um ano que está fechado, porque a Prefeitura não conseguiu resolver o problema do gás. Aquelas crianças foram divididas, a comunidade não tem atividade nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – E falaram que seriam 60 dias para descontaminar o local.

**A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS** – Sessenta dias para descontaminar o local, e já vai fazer um ano. Vai haver uma festa onde nós vamos novamente denunciar esse descaso da Prefeitura do Município de São Paulo.

Nós temos que ver como esse dinheiro está sendo economizado, se não há serviço prestado para a população. Por que o CEU está sendo sucateado? Por que o CEU não é importante?

Onde está localizado o CEU? Para a população pobre, periférica, que mais precisa? Quando um grande equipamento é pelo Centro, é pelo Pacaembu, é tão rápido; a comunidade, quando fala, tem voz. E nós, da comunidade da periferia, não temos voz. Então, não precisa ter Conselho, não precisa respeitar o Conselho, não precisa respeitar a voz da comunidade. Nós temos que dar um basta nisso, não podemos aceitar que as comunidades sejam caladas, principalmente as comunidades que mais precisam desses equipamentos, porque é uma possibilidade, quem sabe a única, de ter cultura, lazer e esporte, qualidade de vida e educação no mesmo espaço.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Parabéns, Sra. Norma. Próxima oradora é a Sra. Lara Alves.

**A SRA. LARA ALVES** – Boa noite. Eu trabalhei como Coordenadora de Cultura no CEU Carolina Maria de Jesus e estou aqui para compartilhar um relato de experiência, não só da minha experiência, mas de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Instituto Baccarelli.

Eu trouxe um texto, porque realmente existe muita coisa, não dá para enumerar. Por isso, eu trouxe essa lista, que não é nem a metade, mas para tornar público o que tem acontecido dentro desses novos CEUs.

O modelo de gestão privatizada considerado como promissor pela Prefeitura de São Paulo, na prática, mostrou-se repleto de irregularidades que afetaram profundamente tanto os

trabalhadores envolvidos, quanto a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, impactando diretamente na essência democrática e nos princípios fundamentais do CEU.

Agora eu vou falar sobre as condições de trabalho: falta de acesso a recursos essenciais, como internet, cadeiras adequadas para trabalhar, geladeira, micro-ondas e até bebedouros. Vale ressaltar que, no CEU Carolina de Jesus, a gente levou água de casa para poder tomar durante o trabalho, por meses. Constante urgência das demandas de trabalho e falta de tempo para concluir tarefas; inconsistência nas orientações para prestação de contas com a SP Parcerias, resultando em mudanças de procedimento de última hora; revela uma importante lacuna na transparência e na confiabilidade dos processos administrativos.

As equipes enfrentam pressão para cumprir metas sem recursos suficientes; educadores trazem seus materiais pessoais, inclusive eu usava o meu próprio computador; os professores de música, de capoeira, também traziam os seus próprios instrumentos para trabalhar dentro do CEU, porque dizem que não há dinheiro para comprar material. E, segundo o que o Vereador Toninho trouxe, está sobrando dinheiro, mas não há dinheiro para a cultura.

Funcionários da manutenção alocados dentro do depósito do teatro, local úmido, sem janelas e sem ventilação; jovens aprendizes, adolescentes, colocados na linha de frente no atendimento da secretaria, sem supervisão adequada de um adulto; gerentes extremamente despreparados, com comportamentos autoritários, resultando em casos de assédio moral contra os funcionários; funcionários são surpreendidos com mudança de cargos e transferências sem aviso prévio adequado; mudança frequente de gerência – e aqui eu me refiro ao CEU Carolina Maria de Jesus, que, em um ano, como Edson falou, passou por quatro gerências; a cada troca, houve mudanças abruptas na rotina e na organização da unidade; a cada novo gestor, uma nova interpretação das diretrizes do CEU. Falta de participação dos funcionários nas decisões.

Outra coisa que eu quero enfatizar é que foi estritamente proibido a todos os coordenadores que fizéssemos reunião com as equipes – éramos proibidos de fazer reunião pedagógica nesse um ano e meio de gestão privatizada. Enquanto as equipes de esporte puderam contratar analistas de esporte, a equipe de cultura foi informada que não havia verba

para contratação. Desse modo, a equipe foi instruída a buscar parcerias com artistas educadores que envolvesse trabalho não remunerado em troca da cessão de espaço, desvalorizando o trabalho cultural dos territórios.

As pessoas no cargo de Apoio Operacional têm dupla função: trabalham também como piscineiros, embora sejam registrados como orientadores socioeducativos. Não recebem insalubridade por manusearem cloro todos os dias. E foi relatado que não há reposição de EPI para tal função.

A constante entrada e saída de colaboradores devido às condições inadequadas de trabalho trouxeram como resultado a descontinuidade de articulações e projetos, impactando diretamente no desenvolvimento educacional, social, esportivo e cultural dos territórios.

Para finalizar a minha fala, eu gostaria de fazer algumas perguntas para a SME e para a Prefeitura.

Eu queria saber se é aceitável que 12 equipamentos públicos funcionem por um ano sem internet, porque isso para mim é um absurdo. Queria saber por que os 12 CEUs estão com bibliotecas sem sistema ainda. E eu queria saber por que entregaram um teatro sem sonorização, porque quem está tendo que arcar com a sonorização das apresentações que estão rolando nos 12 CEUs são os coletivos da comunidade artística dos territórios.

Eu queria deixar público também que eu fiz uma pergunta para o Portal de Transparência – Sistema e-SIC. Quero enfatizar que foi em abril. E, coincidentemente, na semana passada, sexta-feira, eu recebi a resposta, após ter feito a mesma pergunta: por que os CEUs foram entregues sem sonorização. E a resposta foi que está em tratativa entre SME e Siurb uma licitação para colocar sonorização dentro dos teatros.

E agora, como munícipe, eu pergunto para a Prefeitura: é aceitável entregar um teatro sem sonorização? É aceitável entregar um equipamento público sem que esteja em pleno funcionamento?

É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Quem vai falar agora é o Sr.

Francisco Donizeti Venturi, do CDHS Sapopemba.

Na fala dele, ao final, fecharemos as inscrições.

Se alguém quiser se inscrever, ou se reinscrever, fique à vontade.

**O SR. FRANCISCO DONIZETI VENTURI** – Boa noite a todas e a todos.

Meu nome é Francisco e sou do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Sapopemba.

Como membro da Diretoria do Centro de Direitos Humanos, procuramos estar atentos a todas as audiências públicas realizadas na Câmara porque entendemos que é um espaço de participação e exercício da cidadania. É onde a gente se informa como estão sendo executadas as políticas públicas.

Ao ouvir as denúncias realizadas pelo Vereador Toninho Vespoli, a quem agradeço pela realização desta audiência, e, depois, ouvi do Edson, comecei a ficar estarecido, mas, continuando a todos que falaram, deixa a gente, no mínimo, revoltado.

O CDHS se preocupava com as políticas públicas em todas as áreas: educação, saúde, cultura, habitação, saneamento, segurança pública que, no caso de Sapopemba, é grave. A gente quer que as políticas públicas sejam prestadas em quantidade e qualidade: que os equipamentos funcionem e atendam as demandas da população. A coisa fica feia.

Quando os CEUs foram pensados e começaram a ser construídos, para nós, vieram como uma revolução em educação, onde se realizariam diversos serviços públicos, onde a população, crianças e adolescentes teriam adequada e devida formação, mas não é isso que acontece.

A coisa se complica por demais, porque os direitos das crianças e dos adolescentes estão sendo violados – e é isso o que me traz aqui. Isso diz respeito à entidade da qual participo há bastante tempo em Sapopemba.

A malversação do dinheiro público é muito grave, porque é um dinheiro que está faltando nas políticas públicas, seja de educação ou saúde.

Todas as falas contaram de um sucateamento, uma precarização total, salário

incompatível para o que se espera a uma pessoa que trabalha com educação, os equipamentos, elevadores, sonorização e tantas outras coisas não estão sendo adequadas.

Agora, queria falar de algo muito sério que é a democracia.

Com a Constituição de 88, nós passamos a ter direito, depois com as outras leis complementares, nas diversas áreas e de educação e saúde, direito à participação.

Eu, como um ex Assistente Social, trabalhei na saúde até ano passado, acompanhei e acompanho, de perto, alguns Conselhos Gestores de saúde. É direito do munícipe participar.

Mas, vejam só, as falas aqui afirmam e reafirma que é negado o direito `a efetiva participação no Conselho Gestor.

O Edson é da Comissão de Justiça e Legislação Participativa. Como é que fica isso? Estão negando o nosso direito ao exercício da cidadania. Aliás, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos se pauta em três eixos: a defesa dos direitos, a articulação política no território e a formação para o exercício da cidadania, que é um dos eixos fundamentais dessa entidade da qual participo há um bom tempo. Isso está sendo negado.

Quando o instituto diz: o Conselho Gestor é fantoche. Não serve para nada. Está certo?

Então, nós temos aqui diversas coisas que estão infringindo os direitos das crianças, adolescentes, pais, e não se está fazendo aquilo que seria uma educação integrada entre a educação da escola, formação com cultura, esporte e as outras áreas.

Então, eu acho que, realmente, é necessário – e até parabenizo o mandato, mas acho que precisa ir a frente, como já foi dito, junto ao Ministério Público e outros órgãos que sejam possíveis, porque estão sendo negados todos os direitos.

Isso contrasta e é terrível quando a gente vê que o Prefeito está fazendo uma campanha de publicidade na televisão onde tudo está maravilhoso, não existe nada a ser realizado.

Por que nós nos preocupamos, seja na saúde, na educação ou qualquer outra área? Gente, é um absurdo, se gasta dinheiro público negando os direitos à população. Então queria

me somar aqui aos demais e dizer que a gente está junto, porque isso tem que ir em frente.

Obrigado, todas, todos, todes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Próxima, Nunah Oliveira.

Depois, se tiver mais alguém inscrito, por favor, traga para mim que a minha lista aqui acabou.

**A SRA. NUNAH OLIVEIRA** – Boa noite a todas, todos, todes que se fazem presentes nesta audiência. Eu sou a Nunah Oliveira, fui colaboradora do Instituto Baccarelli como Coordenadora Regional de Cultura, então eu atuei na coordenação de seis CEUs que eram da zona Leste.

Antes de começar minha fala, eu fiquei pensando muito sobre o que falar e, se fosse falar todas as humilhações que eu passei e que os funcionários, colaboradores passaram, a gente perderia horas aqui. Mas o que eu posso dizer é que, por parte do Sr. Diretor Executivo, Edilson Ventureli, e também da Priscila Melo, Gerente de Cultura, é que eu ouvi diversas e inúmeras falas que eram racistas, misóginas e que iam contra todo o plano político-pedagógico dos CEUs.

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer aqui os nomes dos CEUs, que eu acho importante a gente entender por que os nomes dos CEUs não são projetados, promulgados nas redes sociais ou, inclusive, nos documentos. CEU José Bonifácio chama Francisco José do Nascimento, Dragão do Mar. CEU Parque do Carmo é o João Cândido, Almirante Negro. O CEU Parque Novo Mundo é o Leônidas da Silva. O CEU Pinheirinho é o Luís Gama, Luís Gama. O CEU São Miguel, Luiz Melodia. O CEU Taipas, Professora Maria Beatriz Nascimento. O CEU Tremembé, Maria Firmina dos Reis. O CEU Vila Alpina, Professora Virgínia Leone Bicudo. O CEU Arthur Alvim, Abdias do Nascimento. O CEU Barro Branco, Enedina Alves Marques. O CEU Carrão, como assim já foi dito, Carolina Maria de Jesus. O CEU Freguesia, Esperança Garcia. O CEU Parque Novo Mundo, Leônidas da Silva.

Todas essas pessoas são personalidades negras, personalidades que fizeram a diferença na nossa história e, assim como todo plano político deste país que é racista, o

Baccarelli também continua perpetuando o racismo dentro desses equipamentos; não só o racismo como a misoginia, como a LGBTQI fobia A+.

Todas as vezes que eu tentei colocar em discussão essas pautas, foi negada. Todas as vezes que eu tentei fazer reunião com a equipe a qual eu coordenava, que inclusive a Lara fazia parte, isso foi negado pela Gerente de Cultura, Priscila Melo. Mais de uma vez, inclusive, eu ouvi da boca do Sr. Edilson Ventureli que ele precisava fazer o CEU funcionar de um jeito ou de outro. O mesmo não sabia nem lidar com a própria planilha da SP Parcerias. Inúmeras vezes nós pedimos para ter um treinamento para que a gente pudesse fazer. A gente teve que mentir na planilha da SP Parcerias inúmeras vezes para provar que tinha uma coisa que não existia.

O equipamento, todos os equipamentos foram entregues sem condição de atuação. Não é que não existia sonorização; não existia nada que fosse necessário, o básico, para a gente estar lá trabalhando. Os funcionários eram tratados como lixo, essa é a verdade, todos os funcionários.

Os gerentes, que não deveriam ser gerentes, deveriam ser gestores, porque lá é uma entidade pública e a função do Baccarelli era gerir aquele espaço, porque o Baccarelli tem um trabalho assistencialista de anos lá no Heliópolis. Ele se vangloria de estar dentro da Favela do Heliópolis, fazendo um trabalho assistencialista, com dinheiro de empresas privadas que têm um único interesse que é o de manter a sua privatização.

Essas empresas como Itaú, que está por traz disso, assim como outras empresas, Fundação Bradesco e uma outra que eu não lembro o nome agora – assim que eu lembrar, eu cito – elas só estão preocupadas com o seu lucro. O dinheiro que elas repassam é só para terem a porcentagem e a parcela delas em relação à população de massa.

Voltando para o Instituto Baccarelli e os CEUs, quando fui demitida foi de forma humilhante, adoeci e fiquei mais de um ano sem conseguir trabalho na cultura. Porque eu trabalho com a cultura na zona Leste há, pelo menos, 15 anos. Foi por isso que fui contratada.

Eu tinha de fazer RH, contratar pessoas, criar toda a grade de atividades. Para realizar essas atividades mais de uma vez ouvimos que tínhamos de correr atrás de pessoas, de

trabalhadores da cultura, que estivessem dispostos a colocar o seu trabalho de graça.

Eu ouvi do Sr. Edilson Ventureli, dentro do CEU Carrão – inclusive, não é CEU Carrão, é o CEU Carolina Maria de Jesus -, que a piscina tinha de estar funcionando de qualquer maneira, mesmo que a água da escola fosse desligada. Porque a tubulação era a mesma, então se ligasse a água para a piscina, desligava a da escola.

Eu ouvi também do Sr. Edilson Baccarelli... Desculpe...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Desculpe. Eu estive lá porque faltou água nas unidades.

**A SRA. NUNAH OLIVEIRA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Eles falavam alguma coisa de encanamento. Então a água foi para a piscina e não para as unidades. É isso?

**A SRA. NUNAH OLIVEIRA** - É, ele queria direcionar a água para a piscina, porque era importante. A piscina está funcionando, porque, afinal, era uma determinação da SME, entende? Então havia várias divergências. Inúmeras divergências. Existia CEU que previamente a gente ouviu que o CEU estava com água contaminada, com as crianças estudando.

Não tem plano político pedagógico nenhum. Eles estão preocupados apenas com o resultado. E a gente tinha de gerar resultado. Eu não podia fazer reunião com a equipe, como eu disse, porque era uma determinação. Mais de uma vez eu fui humilhada na frente de inúmeras pessoas.

Inclusive, eu saí de lá dizendo que eu era mentirosa e contra a gestão. Sim, eu sou contra essa gestão, porque qualquer pessoa minimamente consciente seria contra uma gestão dessas.

Eu sinto muito pelos colaboradores que fizeram parte desse processo. Espero, de verdade, que essa política assistencialista não prevaleça nos CEUs, porque a única preocupação deles é fazer a música erudita, porque eles acreditam que levam cultura para a periferia, sendo que a periferia em si já tem a sua cultura própria. Ele odiava o *funk* nos CEUs, ele odiava o Rapp nos CEUs, ele tinha pavor disso.

Mais de uma vez eu o ouvi com falas racistas. Mais de uma vez, não foi uma, não foram duas, não foram três, mas várias.

Eu espero que a SME que hoje não está presente - sabemos porque ela não está presente, é estratégico não vir - tome uma posição, de fato, mediante a isso.

Os conselhos são sim a instância máxima dos CEUs, isso está decretado. Não sou eu que estou dizendo, está decretado. Todo CEU tem um conselho que precisa ser ouvido. O conselho é a voz da população.

Muito obrigada. Boa noite. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Na fala da Nunah, eu queria até pedir desculpas aqui, para você ver como às vezes o racismo estrutural é tão forte. A gente lê os relatórios e lá está CEU Carrão. A gente aqui vai tratando as coisas, porque a estrutura é tão forte, mesmo a gente que tenta se desconstruir, acaba reforçando o racismo estrutural. Então eu queria pedir desculpas a todas as personalidades que representam e que são a cara do povo brasileiro.

Há mais três inscritos. Estão encerradas as inscrições. Chamo o Sr. Vanderson Alves Feitosa.

**O SR. VANDERSON ALVES FEITOSA** – Boa noite. Eu me chamo Vanderson, sou cineasta e professor de história. Ouvindo todas as questões que foram colocadas aqui, forma-se um mosaico na nossa mente. Eu queria só sintetizar o que já foi falado, fazer um apanhado para que a gente tenha uma visão do que está acontecendo. Vamos lá. Eu sou um pouco ansioso.

Identificamos a questão do racismo nos nomes das instituições. Então, isso é revelador sobre o que está acontecendo na escolha dos nomes. Eu andei dando uma pesquisada na internet e isso está, até, inclusive, no nome oficial, em todo o material que é divulgado nas redes sociais. Então, temos a questão do racismo como elemento estruturante dessas questões.

Há a questão do sucateamento. O sucateamento dos equipamentos, os danos, a falta de equipamento, a falta de internet, as bibliotecas sem sistema e a falta de sonorização nos remetem ao desmonte do aparelho público, que também está conectado a essa coisa da Parceria

Público-Privada.

Dando minha opinião sobre isso, eu acho que não tem nada a ver um projeto social que visa a dar assistência e a fazer uma promoção da cultura com questão comercial privada. O objetivo do privado é o lucro. Então, nessas PPPs, se você falar de moradia e financiamento de casas, faz sentido, mas não dá para falar de PPP quando você está falando de cultura, de espiritualidade, de educação. Aí, entramos em outra questão.

Então, eu creio que é um projeto. Esse desmonte não é um acaso. Agora, vamos nos colocar no lugar de quem está gerindo isso. Se eu sou empresário e estou gerindo um patrimônio público, o que é que eu quero com esse patrimônio? Se eu o sucatear, ele se desvaloriza. Se ele se desvaloriza, fica barato e eu o compro. Então, você vê que o objetivo é claro: apropriar-se do patrimônio público. Eu acho que, no final desse túnel, vai haver alguém muito bondoso para querer privatizar completamente esse circuito e se apropriar de todos esses patrimônios que foram construídos.

Temos a questão dos contratos de prestação de serviços, que também nos transportam para o nosso passado recente de escravidão. É a questão do sucateamento da força de trabalho. Temos, aí, essa questão da pejetização e do baixo salário. Você aumenta a produção e diminui os custos. Temos uma intenção mercantilista por trás disso, uma exploração muito forte que nos remete ao neoliberalismo, que acabou de ser vencido no campo internacional, por meio do BRICS, mas ainda estamos longe de erradicar esse processo no nosso dia a dia, nas nossas relações.

Contudo, está ali e eu vejo isso como uma herança do desgoverno que acabou de passar. Há assédio moral, misoginia e exploração. Conectando com essa questão da baixa exploração, vemos, nitidamente, também, que há quase um braço do bolsonarismo nesse comportamento. Então, temos de ver a questão política por trás desse comportamento. Quem são essas pessoas que estão fazendo o gerenciamento desses projetos? Elas têm alguma conexão? Isso é partidário ou não? Eu acho que responder a essas perguntas é importante.

Com relação a essa questão das escolhas, de empurrar, goela abaixo, à população

periférica a música clássica, é ideológico, também. Eu vou fazer um resumo. Sabemos muito bem do encontro entre Europa e África no Brasil, além da população indígena. Cada um deu a sua contribuição para a formação do país. Então, fica clara a contribuição dos europeus no mercantilismo. Tanto é que estão todos ricos, aí. A população negra contribuiu na construção do pensar e sentir as relações, por conta da cultura. Vemos a presença da cultura negra no *funk*, no pagode e no axé. Na periferia, no Brasil, como um todo, o popular é negro. Então, o ser, o sentir, o pensar, no Brasil, são negros. Até o *rock*, que achamos que não é, é negro. Estão aí a Sister Rosetta e o Chuck Berry para provar isso. Então o que acontece? Você empurrar goela abaixo das pessoas a música clássica, que é uma música chata e têm dificuldade de se popularizar, exatamente, porque é chata. Não estou dizendo que não é importante. Tem sua função, mas no Brasil se construiu, por mais de 500 anos na cultura popular, a identidade negra. Então tem aí um movimento forte de tentativa de embranquecimento. Daí você pergunta: porque Vanderson você acha isso? Porque os descendentes de europeus no Brasil estavam muito preocupados em ganhar dinheiro. Não estavam preocupadas em produzir cultura. Então ao longo dos séculos a contribuição que foi nada, isso é visível, é mercantil. Quem produziu cultura no Brasil foi a comunidade negra. Então essa necessidade de empurrar a goela abaixo música clássica que nem é deles, é uma música europeia. Também tem uma questão de eurocentrismo, uma questão colonial, que são pessoas colonizadas que não aceita sua brasilidade, não aceita a contribuição da população negra na formação da sua identidade, no seu modo de ser, agir, pensar e sentir o mundo.

Por último, tem objetivos muito claros aí, nessa parceria público privada, tem a questão da mistura do interesse do lucro. Com interesse no patrimônio público eu vejo isso nítido nesse sucateamento, nessa desvalorização dos profissionais, nesse tratamento escravocrata e no final, pode ter certeza, que tem alguém ali que vai estar pronto para comprar e se apropriar de tudo isso e colocar isso em um CNPJ privado. O famoso desvalorizar para comprar barato. É assim que eu vejo.

Eu não sei se é crime essa questão de fazer gestão do dinheiro público com base

em ideologias, sem levar em consideração as diferenças. Por exemplo, se eu hoje, fosse liderar uma instituição como essa no lugar do Baccarelli, eu não sei, se eu fizesse uma gestão com base na minha religiosidade e ignorasse completamente a religião das outras pessoas que estão ali, eu não sei se isso seria crime. Estou fazendo um paralelo, porque a gente olha todas essas práticas na gestão desses espaços e tem uma ideologia muito clara e eu não sei até que ponto qual é o limite disso, na invasão do direito do outro garantido pela Constituição. Então teria que ter um jurista, alguém ligado nessa questão jurídica para poder entender esses meandros. Mas eu vejo algo muito parecido com o que acontece no campo religioso. Você se apropriar daquilo que é público, do estado laico, para empurrar goela abaixo da coletividade, da diversidade pessoas a sua ideologia individual. É isso! Obrigado pessoal. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Obrigado Vanderson. Próxima oradora Sra. Letícia Moreira dos Santos Souza.

---

**A SRA LETICIA MOREIRA DOS SANTOS SOUZA** - Primeiramente boa noite a todos! Sou ex-estagiária do CEU Carrão Maria Carolina de Jesus. Estagiei lá durante 10 meses e durante seis meses, do meu primeiro estágio, eu não tive supervisão de um adulto durante o atendimento de muitos munícipes. Além disso a gente não tinha acesso à internet nesse CEU. Havia a falta de água para beber e nos banheiros. Também havia uma sobrecarga em cima do atendimento. Tanto que nos primeiros meses que eu fiquei lá os estagiários reclamavam de não ter tempo para ir ao banheiro ou fazer pausa para fazer suas refeições. Inclusive, havia dias que eu mesma não conseguia ir ao banheiro. Também há falta de comunicação, principalmente, interna. Os estagiários não tinham preparação antes de começar o seu serviço. Tanto que, de todos os estagiários, eu era uma das únicas que sabia o que era um CEU. Durante um atendimento, eu fui a única a saber o que significava CEU. A nomenclatura quando o munícipe explicou.

Lembro-me também de um dia que eu fui trabalhar e simplesmente a gente não conseguiu atender os munícipes porque faltou papel sulfite. Também durante o atendimento não tinha cadeiras na recepção, isso dificultava porque a maioria do público que frequenta o CEU

Maria Carolina de Jesus é o público idoso e principalmente mães que carregam filhos. Eu não sei quantas vezes eu já vi mães com filho no colo e outros filhos pequenos correndo durante a recepção.

Então acho que, assim: como é que tem tanto dinheiro, mas não é investido principalmente em acessibilidade. O elevador depois do recreio das férias de janeiro ficou um bom tempo sem funcionar, tanto que foi registrado no Livro Ata e, se quiser, alguém pode ir lá consultar esse Livro algum dia e vai estar lá que uma munícipe está reclamando pela falta de elevador por ela ser uma idosa de 60 anos. Muitos idosos que eu recebi reclamavam que tinham que ir até a recepção andando pelas escadas, muitas vezes, os que não tinham muita mobilidade física.

Também a gente não tinha acessibilidade para mães. Inclusive teve um caso que eu atendi de um pai que ficou indignado porque não tinha fraldário para trocar seu filho de dois anos de idade. O CEU oferecia aulas para crianças de dois anos de idade como balé, musicalização e, se não me engano, danças urbanas, mas não tinha um fraldário para que essas mães pudessem utilizar. Um equipamento público que não tem o mínimo. Então esse é meu relato. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – Antes do próximo, último, essa questão do elevador realmente é uma coisa que pega vários CEUs e, assim, o fato é que nós também, o Chiquinho falou bastante de direitos humanos, o Francisco, o fato é que você está excluindo pessoas, não só as pessoas de baixa mobilidade que não conseguem subir, mas, assim, professores tem que subir para unidade e, às vezes, o professor tem deficiência, alunos são excluídos, tanto das unidades escolares, mas também das atividades que poderiam fazer no CEU. Então, isso é uma exclusão de pessoas, isso fere a dignidade humana, fere os direitos humanos porque todos têm direitos ou deveriam ter ao menos.

Então o próximo e último. Tem a palavra o Sr. Ivan Ferreira.

**O SR. IVAN FERREIRA** – Bom boa noite a todas, todes e todos, meu nome é Ivan, como Toninho apresentou, eu sou do movimento Caravana da Educação, que é um movimento

criado por professores, quadro de apoio, supervisores, diretores, o pessoal que está no chão da escola e faz essas visitas diariamente em várias unidades das 13 DREs. Para quem não está acostumado com as siglas para as 13 Diretorias Regionais de Educação.

Então, eu me inscrevi para falar basicamente de uma das unidades que eu visitei, inclusive foi relatado aqui na fala Inicial pelo Toninho, que é professor da rede também e compõe o nosso movimento. Vou dar uma aprofundada nessa fala que diz respeito ao CEU, vulgarmente conhecido como Coreto de Taipas, como a companheira colocou, o CEU Prof<sup>a</sup> Maria Beatriz Nascimento. O que acontece ali. Desde a inauguração, é algo assim que beira o absurdo, para não falarmos outras palavras, desde a inauguração, o CEU nunca contou com um dos elevadores. Ele já foi entregue sem funcionar sem uma das placas e é o principal elevador. O outro elevador, que é o de carga, ele foi agora religado, está funcionando, mas usando a placa, uma das partes da placa do CEU social, que não estava funcionando. Ou seja, eles estão trocando as placas ali entre os elevadores para um funcionar um pouquinho de tempo e voltar a quebrar daqui a pouco e o outro nunca funcionou.

Gente, é um absurdo, é verba pública, a Prefeitura podia questionar o contratante e pedir. Você contratou a obra, você fez a licitação, não entregou o elevador, por que que não está entregando?

E aí participamos do Conselho Gestor, porque ainda existe no caso da Escola Prof<sup>a</sup> Maria Beatriz Nascimento, o CEU Coreto de Taipas, existe esse Conselho. No caso, a gestora que representa o Instituto Baccarelli é a Daniela. Até conversei com ela após a reunião, porque a gente entende ela como uma pessoa da classe trabalhadora, que está ali fazendo o seu trabalho. Eu já fui oficinairo de CEU também – no caso, do CEU Butantã -, e o que a gente percebe? A gente percebe que as pessoas que estão respondendo pelo Baccarelli estão de mãos atadas também porque fica um passa-e-repassa para a Prefeitura. Então, ela falou: “Isso aí cabe à Prefeitura” – no caso, à SME – “resolver”. Só que o próprio Toninho relatou aqui o que cabe e o que não cabe ao Baccarelli. Então, pela lei, cabe ao Baccarelli resolver a partir do momento que ele está fazendo o gerenciamento do CEU – não só desse como de outros.

A gente teve a fala da Norma, que é um dos sindicatos muito importantes da nossa rede, o Sinesp, para trazer para o chão da escola e mostrar o que isso acarreta, que pode parecer algo banal. “Ah, é luxo. A periferia está querendo um elevador”. O CEU Taipas - Professora Maria Beatriz Nascimento é construído em um declive. Então, para as crianças, para os adultos acessarem o Cemei - que é algo muito delicado que também foi pontuado em uma das falas, porque se quebrou a questão Centros de Educação Infantil, para zero a três anos, EMEIs e EMEFs, da educação infantil e fundamental -, nesse CEU só tem Cemei, não tem o fundamental. Muita gente reclama falando que as outras unidades do território já davam conta da demanda e questionam o formato com que ele foi elaborado. Mas imaginem, gente: são quatro lances de escada, ou seja, cerca de 40 degraus que as crianças têm que descer e subir. Todo dia a perua escolar para e tem que ficar o condutor e o auxiliar para a criança não tropeçar. E não só crianças; mas como o mundo é adultocêntrico, a gente tem também que pontuar esse não olhar para as crianças. Mas, se a gente olhar a questão trabalhista, o lixo é recolhido e levado para fora todo dia pelas escadas. Trabalhador terceirizado já caiu, se machucou de costas, rolando a escada toda com lixo. O que acontece com isso? Ele só é dispensado, porque a empresa da limpeza também já é terceirizada.

Em relação ao funcionário do quadro de apoio, auxiliar técnico de educação, que é cadeirante, o que SME fez? Em vez de arrumar o elevador, trocou ele de escola. O que as crianças que são deficientes tiveram que fazer? Trocar de escola, gente. Olha o absurdo que a gente está falando. Olha o absurdo. Uma unidade onde a gente gastou dinheiro público, dinheiro dos nossos impostos. A Prefeitura não foi fiscalizar, o elevador nunca saiu do papel, e as pessoas mais importantes para aquela unidade, para aquele território, que são as que já têm dificuldade de mobilidade, que têm que utilizar aquela unidade, estão sendo removidas.

Já falei demais. Agradeço o tempo. Agradeço a iniciativa do mandato do Professor Toninho Vespoli. Acredito que a gente tem que continuar pressionando mesmo, chamando a atenção da grande mídia. A companheira do Sindicato dos Bibliotecários também pontuou aqui a questão de judicializar. Acho que todos os funcionários têm que ganhar na justiça porque só

assim eles vão começar a olhar para essa questão de uma maneira mais séria. Porque, quando a Prefeitura começar a tomar no bolso, por mais que seja um dinheiro com que os gestores nem se importem muito, eles vão ser responsabilizados enquanto gestores.

O movimento Caravana da Educação se solidariza com essa luta, está na linha de frente. Agradecemos a todos os que vieram falar. Não é fácil vir aqui dar a cara a tapa. A gente sabe a perseguição que acontece depois que a gente coloca a nossa cara aqui. Então, parabênzo todos os que vieram e estão nessa frente de luta. Vamos para a vitória porque a nossa causa é justa. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli)** – O que o Vanderson colocou parece uma coisa não concreta ou mais ideológica. Mas, em uma das visitas que eu fiz, o Edilson virou para mim, eu perguntei: “Ah, mas por que não tem som no teatro? ”. Ele falou assim: “O Kassab construiu, mas foi um projeto que veio da gestão Haddad”. Ele quis falar para mim assim – que a gente não é bobo – “Você é de esquerda? Olha o que a esquerda fez”.

Só que eu acho que deviam pesquisar um pouquinho mais sobre mim. Eu tenho certeza que ele está escutando a gente. Se não escutar pessoalmente agora, ele vai escutar depois, porque eu tenho certeza que a SME vai olhar essa audiência pública aqui de fio a pavio, como também o pessoal da OSC. Se ele pesquisasse um pouco melhor, ia ver que eu entrei, em várias vezes, ao Ministério Público contra o Governo Haddad, quando eu achava que havia alguma coisa que não condizia. Se ele pesquisar um pouquinho mais a minha vida, ia perceber que, para mim, o que vale é o bom empenho do dinheiro público e para mim não há essa questão se o Governo é de esquerda ou de direita.

Até agora, reapresentaram uma segunda versão do que gastaram de dinheiro e comprovaram todo o dinheiro do primeiro semestre; e era isso o que eu queria. E, como Vereador, é o meu dever fazer isso. Por conta disso, inclusive, processaram-me e já perderam na primeira instância. Recorreram, perderam novamente, agora foram ao Tribunal de Justiça e vão perder de novo, porque eu não estou acusando ninguém. Eu estou fazendo o meu papel. Qual é o meu papel? De fiscalizar. Se há gastos sem nota fiscal, eu vou fiscalizar. Já enfrentei

aqui a máfia do transporte e tiveram de diminuir cinco anos do contrato, de 20 para 15. Inclusive, com setores da criminalidade, ligaram para um gabinete, ameaçando-me.

Eu não tenho medo dessas questões. Processem-me quando quiserem, que eu continuarei fazendo o que eu tenho que fazer, que é o meu dever. Está bem? Fiquem à vontade. Gastem dinheiro com advogado. (Palmas)

A gente vai pegar isso daqui. Até vou pedir aqui para os meus assessores, a Débora e o Hélio, já pegarem amanhã, verem o videozinho, tudo direitinho, pausando, e fazerem um relatório bonitinho, porque a gente vai entregar para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas do município e para o Baccarelli, para saber o que foi discutido aqui - aqui a gente não tem nada para temer - e também para a SME.

E a gente vai fazer um rol de perguntas, já que não estão aqui para responder. E as respostas depois nós vamos entregar ao Tribunal de Contas do município e ao Ministério Público. Quem tem medo da verdade não tem medo da discussão e do debate. Eu estou aqui para debater. A sociedade está aqui para debater. Não fomos nós que fugimos do debate e da conversa. Não somos o dono da verdade. Tenho certeza de que muitas coisas, de repente, têm uma lógica a ser estabelecida, mas, pelo que a gente escutou aqui, há muitas questões equivocadas tanto da SME quanto da OSC, e têm que corrigir a rota ou senão, do meu ponto de vista, não há condições de a SME agir dessa maneira e fazer contratos dessa maneira.

O que é pior e ruim pode piorar. Por quê? Porque a gente pegou aqui do que foi falado, da PPP, em um dos CEUs que estava construído, com deficiência, como foi falado aqui, mas construídos. Agora sobre os próximos CEUs, o contrato que a SME fez é o seguinte: A entidade vai construir o CEU e a mesma entidade que está construindo vai gerenciar por 20 anos.

Então, eu fico pensando que uma construtora entende de educação, entende de cultura, entende de lazer e entende de esportes. Então, o que é ruim pode piorar muito ainda. Então, é por isso que a gente quer debater o modelo. Não é só por uma questão ideológica de esquerda ou de direita. Não, a gente quer saber a qualidade do modelo dos serviços para a sociedade, para a comunidade e o custo disso também, porque também se a qualidade for bem

parecida, não é possível que o modelo privatizado custe três ou quatro vezes mais do que de uma forma direta.

Então, a gente quer saber da qualidade e também dos custos desse modelo e a gente vai brigar por isso.

Bom, a gente não tem mais nada a declarar. Alguém queria fazer uma declaração final? (Pausa) Não. Então, declaro encerrada a nossa audiência pública, gente.

Muito obrigado e parabéns a todos e todas. (Palmas)

---